Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

ORGANIZADORES
Lurdes Pratas Nico
Bravo Nico



Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

FICHA TÉCNICA

Título:

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

Organizadores:

Lurdes Pratas Nico

Bravo Nico

Edição:

© Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP | UE), 1. ª Edição, Évora, 2024 www.ciep.uevora.pt

Morada:

Colégio Pedro da Fonseca

Rua da Barba Rala, n.º 1, Parque Industrial e Tecnológico de Évora, 7005-345 Évora

Produção e revisão:

Catarina Roque

Teresa Gonçalves

Design gráfico:

@mr-creative.net

Impressão e acabamento

VASP Digital Printing Services – www.vasp.pt

ISBN

978-972-778-419-6

Depósito Legal

539334/24

É expressamente proibido reproduzir, na totalidade ou em parte, sob qualquer forma ou meio, esta obra. Autorizações especiais podem ser requeridas para ciep@uevora.pt

«Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04312/2020»

«Por opção dos respetivos autores, há textos escritos segundo o antigo Acordo Ortográfico.»

Índice

Prefácio9
I – Contributos da Realidade
Agrupamento de Escolas José Régio – Portalegre: Um agrupamento num território de intervenção prioritária (TEIP) 11
Ana Rute Sanguinho
Acerca das Consequências das Crises de Saúde Pública sobre a Educação – Que Devíamos Nós Já Saber?
António Bento Caleiro & Gertrudes Saúde Guerreiro
Percursos dos Diplomados Pela Universidade de Évora37
Conceição Rego, Daniela Olo & Leonida Correia
Os Fatores Mais Geradores de Aprendizagem no Processo Pedagógico, São o Carácter Lúdico e Afetivo das Ações55
Elisa Maria Batista Chinita de Mira
A Pandemia e os Seus Atores. Os Monstros que Habitam em Nós. 65
Elsa Martins & Guilherme Ceia
Avaliar em Tempos de Pandemia — Que Aprendemos Nós?71
Gertrudes Saúde Guerreiro & António Bento Caleiro
Os Portugueses e as Redes Sociais
Joaquim Fialho, Elaine Dias & Valéria Macedo
Escola, Professores e Sociedade: Que Modelos?107
José Joaquim Letras Pinheiro
A Rádio, A Prevenção e o Socorro115
Luís Mota
A Violência nos Contos Populares Alentejanos. Para uma Hermenêutica no Âmbito de Filosofia da Educação127
Maria Jacinta Murta
Dificuldades de Concretização da Diferenciação Curricular Pedagógica, O Que Nos Dizem Professores do Ensino Básico e Secundário De Escolas do Alentejo
Marília Favinha & Maria de Lurdes Moreira

Acerca das Consequências das Crises de Saúde Pública sobre a Educação – Que Devíamos Nós Já Saber?

António Bento Caleiro | Universidade de Évora | <u>caleiro@uevora.pt</u>
Gertrudes Saúde Guerreiro | Universidade de Évora | <u>gdsg@uevora.pt</u> **Resumo**

As crises de saúde pública, tal como a que tem vindo a afetar todo o planeta, desde finais de 2019, apresentam consequências a vários níveis, sendo de particular importância aquelas que se prendem com a educação. Sendo certo que a atual pandemia nos surpreendeu a (quase) todos, é também verdade que havia indícios acerca da sua inevitável ocorrência, suficientes para exigir que os responsáveis tivessem acautelado medidas prévias de preparação, de forma a evitar, o mais possível, as evidentes consequências nefastas da crise de saúde pública sobre a educação. Assim, pretendemos, percorrendo a literatura sobre a matéria, analisar aquelas consequências e, assim também, lançar pistas sobre como 'mitigar' aquelas consequências.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano, Educação, Saúde Pública.

1. Introdução

Enquanto grave crise de saúde, a CoViD-19 veio suscitar imensos problemas, desde logo porque, sendo de natureza pandémica, logo, inevitavelmente, também de natureza pública -- e, na verdade, também vice-versa, dada a natureza do SARS-CoV-2 -- desencadeou uma série de (aparentes) dilemas entre as esferas da saúde e, em particular, da economia e da educação (Caleiro, 2020).

Como é sabido, a interacção entre as esferas da saúde, da economia e da educação está bem patente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que, desde logo, comprova a importância daqueles três elementos, na evolução dos diversos países. De facto, a análise de "interdependência de fenómenos sociais, económicos e institucionais" [por tradução de "interdependence of economic, social and institutional phenomena"] foi um dos motivos de atribuição do prémio Nobel da Economia, em 1974, a Friedrich von Hayek e a

Gunnar Myrdal, sendo este último autor particularmente importante na área do desenvolvimento (económico).

A Gunnar Myrdal se deve, precisamente, a abordagem da causalidade cumulativa circular [por tradução de cumulative circular causality] que importa aqui recordar, por ser de particular importância na compreensão dos dilemas atrás referidos. A ideia por detrás desta abordagem é a existência de laços circulares auto-reforçados [por tradução de self-reinforcing circular loops] ou, mais simplesmente, ciclos viciosos, resultantes da interacção entre vários elementos do sistema, a qual tende a tornar o problema (cada vez) mais grave³. Pode surgir, assim a 'armadilha do sub-desenvolvimento'.

Aguela causalidade circular cumulativa pode, por exemplo, também explicar o ciclo vicioso da pobreza e das desigualdades. Como é sabido, a educação é um factor decisivo na 'quebra' daquele ciclo vicioso, na medida em que sobretudo se for obtida por via pública, é niveladora das desigualdades sociais. Para além disso, a educação -tal como a saúde -- é um bem de mérito, ao qual se associam externalidades positivas, o que, desde logo, deverá ser um factor relevante ao nível de políticas públicas de equidade, as quais são postas 'em cheque' em momentos de pandemia, ou mesmo de epidemias. De facto, nas graves crises de saúde pública, aquele ciclo vicioso regressa, por via também das consequências nefastas na educação, que tantas vezes se associam a medidas que a própria defesa da saúde pública parece exigir.

Tal como tem acontecido aquando das graves crises de saúde pública que se têm verificado ao longo da história, a actual pandemia provocou efeitos de curto prazo, está a provocar já efeitos de médio prazo e provocará efeitos de longo prazo (Fisayo & Tsukagoshi, 2020). No curto prazo, os efeitos imediatos e, obviamente, mais perceptíveis e associados à pandemia, registaram-se ao nível da mortalidade e da morbilidade, enquanto aspectos da esfera da saúde, e da redução da

³ Por esta via, podem surgir também as chamadas profecias auto-concretizáveis [por tradução de self-fulfilling prophecies], sendo estas um exemplo de ciclo de 'feedback' social positivo entre crenças e comportamento: se um número suficiente de pessoas acreditar que algo é verdadeiro, o seu comportamento pode torná-lo verdadeiro e as observações do seu comportamento podem, por sua vez, aumentar a crença de que é, de facto, verdadeiro.

actividade económica, enquanto aspecto da economia. No médio prazo, para além da persistência dos efeitos, sobretudo económicos de curto prazo, registam-se efeitos colaterais, nomeadamente alterações nos padrões de comportamento da população, perante a saúde, e alterações na estrutura produtiva, em termos económicos. Por sua vez, no longo prazo, verificar-se-ão efeitos sobre as gerações futuras.

Como parece ser evidente, os efeitos de longo prazo dependerão da persistência dos efeitos de curto e de médio prazo, a qual resulta da magnitude e duração das vagas de efeitos naqueles períodos temporais menos alargados. A título de exemplo, particularmente relevante para este nosso trabalho, é o aumento das desigualdades (sociais e económicas) que se associa, muito frequentemente, à existência das crises de saúde pública. Este facto foi, por exemplo, comprovado por Parker (2002), aquando do surto do HIV, conducente à SIDA.

É nossa perspectiva que a obtenção de educação, enquanto processo cumulativo, cujo 'retorno', em termos do desenvolvimento do país, é dos mais incontestáveis, mas não é tão imediatamente perceptível quanto desejado (por alguns) merece uma especial atenção, no que toca aos potenciais efeitos das crises de saúde pública, como é o caso da actual pandemia.

Assim, é nosso objectivo percorrer a literatura acerca dos efeitos daquelas crises de saúde pública sobre a esfera da educação para, a partir daí, retirar algumas lições de políticas públicas de saúde e de educação. A revisão daquela literatura e a apresentação daquelas lições de política ocuparão as secções seguinte deste nosso trabalho, o qual se concluirá através do reconhecimento explícito de algumas das suas limitações.

2. Acerca das consequências das crises de saúde pública sobre a educação

Em Março de 2020, a UNESCO estimava que, em resultado do fecho das escolas (nos diversos níveis de ensino) -- como inevitável medida de saúde pública, na tentativa de mitigação da pandemia da CoViD-19 -- que se teria verificado em 185 países, 89% da população estudantil

estaria 'fora da escola', ou seja cerca de 1540 milhões de alunos. (in https://en.unesco.org/news/covid-19-school-closures-around-worldwill-hit-girls-hardest; acedido em maio 13, 2021).

Como o próprio nome deste sítio indica, tudo indicaria que o fecho das escolas iria ser ainda mais problemático para o género feminino, sobretudo nos países com um baixo nível de desenvolvimento, em que, tipicamente, as taxas de participação das raparigas nos diversos níveis de ensino ficam (substancialmente) abaixo daquelas respeitantes aos rapazes. De facto, mesmo após a reabertura das escolas, seria de esperar que, sobretudo nestes países, muitas raparigas não voltassem à escola porque, entretanto, se tinham visto forçadas a permanecer em casa, como suporte à vida doméstica, ou mesmo encontrar alguma forma de trabalho, como fonte suplementar de rendimento, ou mesmo ainda em resultado de um casamento precoce.

Bastaria o que atrás foi dito, particularmente evidente no caso dos países mais pobres, para que se perceba como as desigualdades se poderão associar às consequências, sobre a esfera da educação, da existência de graves crises de saúde pública, tais como epidemias e, em particular, pandemias. De facto, estas consequências foram já alvo de atenção, por parte da literatura, a propósito de anteriores surtos epidémicos ou pandémicos.

A propósito, precisamente, de um surto epidémico anterior -- a crise do Ébola, em 2014 -- vale a pena reproduzir um testemunho (que se encontra naquele mesmo sítio da UNESCO), o qual, embora dizendo respeito a uma realidade muito particular, mostra bem como, em determinadas situações, a escola não é só o local onde se aprende (e se ensina), mas é também um local de protecção e, tantas vezes também -- e esta já não é uma realidade assim tão particular -- onde os alunos têm refeições que, em casa, dificilmente poderão ter.

O relato é de uma jovem, de 17 anos, da Serra Leoa, que, em resultado da crise do Ébola afirmava:

"As escolas ficam vazias como um ninho abandonado. Eu estou tão triste. Estar na escola pode ajudar a proteger as meninas da gravidez e do casamento. Muitas das minhas amigas estão engravidando e percebi que algumas foram forçadas a casar precocemente." ⁴

Este exemplo é representativo daquilo que as autoridades de saúde pública já deveriam saber, i.e., que a desigualdade dos impactes das graves crises de saúde pública, por via das suas consequências sobre o meio escolar, é tanto maior quanto maior for a desigualdade (nas suas diversas dimensões) nos momentos anteriores a essas crises. Assim, é desde logo importante que os, digamos, Sistemas Nacionais de Saúde estejam preparados para que, por via da sua capacidade de resiliência e de resposta, garantam a equidade no acesso a cuidados de saúde, cuja procura 'explode' durante os surtos epi/pan-démicos. Para tal, porque também a formação académica dos prestadores de cuidados de saúde é um processo longo, há que preparar, com o devido tempo, a sustentabilidade humana daqueles sistemas.

Por aquilo que atrás foi dito, parece ser relevante o tipo de fornecimento de sistemas de cuidados de saúde, i.e., por exemplo a la Bismarck a la Beveridge, para a desigualdade de acesso a cuidados de saúde, em momentos de epidemias ou pandemias, a qual, por sua vez, gera desigualdades ou injustiças sociais, que as consequências sobre o meio escolar, naqueles momentos, tornam ainda mais evidentes. Para o caso da epidemia do HIV/SIDA, no Brasil, e do seu Sistema Único de Saúde, Ferraz & Kraiczyk (2010) analisaram as políticas públicas de saúde, precisamente do ponto de vista da igualdade de género. Por sua vez, DeBruin et al. (2012), analisaram as respostas de política pública perante a pandemia da gripe H1N1, nos Estados Unidos, onde, como é sabido, o acesso, por parte da população, a cuidados de saúde se baseia, sobretudo, na existência de seguros (privados) de saúde.

Ainda considerando o caso da epidemia do HIV/SIDA, o estudo de Zanakis et al. (2007) é de particular importância, desde logo porque confirma a importância da eficiência do sistema de prestação de cuidados de saúde, no que diz respeito aos factores socio-económicos que se revelaram decisivos nas taxas de incidência daquela doença.

⁴ Por tradução de "Schools are left empty as an abandoned nest. I am so sad. Being at school can help to protect girls from pregnancy and marriage. Many of my friends are getting pregnant and I realised some have been forced into early marriage."

Para um número considerável de 151 países, a grande conclusão deste estudo é que países com menor densidade populacional e que conseguem proporcionar melhor desempenho do sistema de saúde, logo melhor suporte per capita (médicos, enfermeiros e camas hospitalares), com um melhor serviço de informação por parte dos meios de comunicação social apresentaram uma maior probabilidade de exibir indicadores de HIV/AIDS mais baixos. No que à riqueza diz respeito, a existência de um maior PIB não se associou a taxas de incidência mais baixos, o que resultou, precisamente, da desigualdade na distribuição da riqueza, em termos dos mais ricos, mais saudáveis, mas também mais doentes.

Se a generalização for possível, tal indicar-nos-á que, dispondo as famílias mais ricas de maior capacidade de acesso, e de retorno, à escola, a existência de crises de saúde pública, mesmo em países desenvolvidos, mas suficientemente desiguais na distribuição de riqueza, poderá ser um factor catalisador de ainda maior desigualdade. De facto, são as famílias mais pobres, sobretudo nos países menos desenvolvidos, que, perante a crise de rendimento que tantas vezes é subsequente à crise de saúde pública, se veem, por vezes, forçadas a retirar as crianças da escola (Jacoby & Skoufias, 1997).

Associado ao abandono escolar, a literatura chamou a atenção para as consequências nefastas sobre o nível de capital humano, em resultado do encerramento, ainda que temporário, das escolas. ⁵ Como é sabido, atribui-se ao prémio Nobel da Economia, Gary Becker, o impulso decisivo na análise da importância do capital humano, em termos económicos, para o qual seria crucial o investimento na educação (dos filhos, pelas famílias) ⁶. De certo modo, esta visão foi utilizada por autores como Boucekkine & Laffargue (2007, 2010), os quais analisaram, precisamente, as consequências sobre o nível

⁵ De certa forma relacionados com este aspecto, estão os custos psicológicos que as crises de saúde pública, necessariamente, acarretam, mesmo tratando-se de crianças ou de jovens. A este propósito, recorde-se o relato que se encontra na nota de rodapé anterior.

⁶ Não deixa de ser interessante referir que o título completo do livro de Gary Becker, datado de 1964, era, de facto, Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education (itálico da nossa responsabilidade).

populacional e o nível de produção, os quais resultam ser afectados, em termos permanentes, aquando da existência de uma epidemia -e mais ainda, certamente, aquando de uma pandemia -- enquanto que e a distribuição do rendimento, alterando-se significativamente no médio prazo, poderá também o ser no longo prazo, se as crianças perderem o acesso à educação, particularmente em caso de orfandade, o que, por sua vez, tornará a economia mais pobre.

Na verdade, a visão dos economistas (da saúde) acerca das conseguências das crises de saúde pública sobre a esfera da economia (Caleiro, 2021), mas também sobre a esfera da educação, merece ser enquadrada numa abordagem de natureza histórico-antropológica da questão. A título de exemplo clarificador, ainda a propósito da epidemia do HIV/SIDA, Colvin (2011) chamou a atenção para a importância de, em contexto de globalização -- obviamente, ainda mais evidente, na actual pandemia -- aquela que seria, na altura, a doença mais globalizada, ter passado a (poder) ser considerada como 'somente mais uma doença crónica', em resultado do avanço da medicina, no que diz respeito à produção de terapias anti-retrovirais.

Do ponto de vista da antropologia médica, a epidemia do HIV/SIDA parece, de facto, ter sido um acontecimento que fez despertar a atenção para os contextos histórico, social e cultural em que os surtos virológicos têm vindo a ter lugar e as suas múltiplas e variadas consequências (naturalmente também, ao nível da educação). De facto, a ocorrência, com maior freguência, daqueles surtos levou Singer & Clair (2003) a re-conceptualizar a doenca num contexto biosocial, numa lógica de causalidade cumulativa a la Myrdal, dando origem a sindemias, i.e., à interacção de efeitos entre várias doenças. Do nosso ponto de vista particularmente interessante é a abordagem antropológica de Nguyen & Peschard (2003) em torno da coexistência de desigualdades sociais e da ocorrência de doenças, sendo aparente que aquelas desigualdades são facilitadoras da ocorrência de certas doenças, as quais sendo transmissíveis afectam a generalidade dos indivíduos, mas cuja capacidade de resposta diferenciada - também ao nível da esfera da educação - pode, com alguma facilidade, criar ainda mais desigualdade.

Ainda em particular, no que diz respeito à epidemia do HIV/SIDA --quiçá pelo preconceito, sobretudo nos momentos iniciais do surto, associado à doença -- a literatura reconheceu que aquela iria, ou, pelo menos, deveria desencadear uma série de debates, em torno das esferas social, política, económica e educativa. Sobre esta questão, pode consultar-se Friedman et al. (2006). No que em particular diz respeito às consequências daquela epidemia sobre a oferta, procura e qualidade da educação, do ponto de vista da África meridional, vejase Coombe (2004), o qual reconhecia que, pelo menos, as três gerações seguintes seriam afectadas.

A perspectiva de Spielman & Sunavala-Dossabhoy (2021) sobre os impactes das pandemias na educação é particularmente interessante, por se concentrar, essencialmente, nos efeitos benéficos ou avanços que se verificaram na educação. De acordo com estes autores, o surto de lepra, ocorrido na Idade Média, mudou a educação religiosa, e a Peste Negra, também na Idade Média, pode ter contribuído para o surgimento de escolas médicas, hospitais, e de educação de saúde pública. Por sua vez, a epidemia de varíola ajudou a promover a educação em saúde pública para os benefícios da vacinação, enquanto que a pandemia da chamada Gripe Espanhola, ocorrida entre (sensivelmente) fevereiro de 1918 e Abril de 1920, impeliu o aumento da educação por correspondência e, recentemente, a CoViD-19 catapultou a aprendizagem digital remota para a vanguarda do ensino.

De facto, ao nível da educação, a consequência da actual pandemia que tem sido alvo de maior referência e atenção por parte da literatura foi a necessidade de recurso a um meio remoto -- pela internet e/ou pela televisão, em particular -- para a transmissão e aquisição de conhecimentos, em alternativa ao ensino presencial, entretanto interrompido, enquanto medida (inevitável) de saúde pública. Algumas das consequências, em geral nefastas (Onyema et al., 2020), da necessidade de ensinar e de aprender, por via remota, são, desde logo, evidentes. Em todo o caso, julga-se conveniente reconhecer que a sua natureza é distinta consoante o nível de ensino,

o tipo de matérias, mas é também distinta consoante o contexto socio-económico dos diversos alunos. 7

Desde logo, a literatura mais recente sobre a matéria chamou a atenção que a educação à distância seria mais ou menos fácil de implementar e, sobretudo, de funcionar como um meio minimamente bem-sucedido no que diz respeito à transmissão e aquisição de aprendizagens, consoante o contexto socio-económico, mas também cultural. Veja-se Al Lily et al. (2020) para o caso da cultura árabe.

Naturalmente, também as conseguências da CoViD-19 sobre a educação diferem consoante a idade dos alunos. Desse ponto de vista, o estudo de Muftahu (2020), ao abordar o caso específico das instituições de ensino superior, evidenciou os desafios que se colocam ao nível da educação superior em contextos economicamente menos privilegiados, como é o caso, em geral, das universidades africanas. No que à idade dos alunos ainda diz respeito, o estudo de Lopes & McKay (2020), é particularmente interessante ao abordar a educação e formação de adultos -- precisamente, uma das faixas etárias mais sujeita à doença -- como mais uma ferramenta para evitar a criação de segundas cadeias de transmissão do SARS-CoV-2 e, assim, ajudar a combater a pandemia da CoViD-19.

Conclusões 3.

A gravidade das graves crises de saúde pública, desde logo pela mortalidade e morbilidade que se lhe associam, requerem a implementação de medidas de políticas de saúde pública, as quais contemplam efeitos positivos, no que diz respeito à contenção dessas epidemias ou pandemias, mas também, obviamente, efeitos negativos. Naturalmente, o que se assume é que, do ponto de vista de uma análise custo-benefício, aquelas medidas sejam justificáveis. Não pondo seguer em causa que assim é, também é verdade que as consequências das crises de saúde pública, a nível socio-económico (Lahiri & Sinha, 2021), são também visíveis a nível dos comportamentos individuais, os quais tendem a ser alterados.

⁷ Num outro trabalho, também neste Aprender no Alentejo, abordam-se as consequências sobre um aspecto da esfera da educação que não pode ser esquecido, i.e., a avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, em contexto pandémico.

A alteração dos padrões comportamentais, muito evidente nos jovens em idade escolar, deve merecer a maior preocupação das autoridades públicas de saúde mental. Na verdade, a escola poderá ser, precisamente, o local ideal para que os padrões comportamentais se alterem, de forma adequada a uma visão sustentável (Pilotti & Al Ghazo, 2020). De facto, a literatura tem chamado a atenção que as epidemias e, sobretudo, as pandemias deveriam, pela sua gravidade, suscitar ou, mesmo, implicar uma reflexão profunda sobre que comportamentos se deverão alterar -- sendo a escola, pela sua natureza, um dos locais ideais -- para que se obtenha um desenvolvimento humano sustentável (Cotula, 2021; Leach et al., 2021).

Neste trabalho pretendemos revisitar a literatura sobre as conseguências das crises de saúde pública na esfera da educação. Pelo que atrás foi dito, as consequências poderão ser negativas, mas também positivas, desde logo se as que são prejudiciais não forem conhecidas e/ou acauteladas. Como qualquer trabalho, este apresenta limitações, desde logo porque não é possível abarcar toda a extensa literatura que se tem produzido sobre a matéria. Uma outra limitação que, mais ainda, gostaríamos de eliminar em trabalho(s) futuro(s) é a que consiste na necessidade em 'auscultar' a visão dos alunos sobre como a actual pandemia afectou o seu 'desempenho' escolar e, mais do que isso, a sua relação com a escola e com todos os intervenientes no meio educativo.

Referências Bibliográficas

- Al Lily, A. E., Ismail, A. F., Abunasser, F. M., & Algahtani, R. H. A. (2020). Distance education as a response to pandemics: Coronavirus and Arab culture. Technology in Society, 63, 101317.
- Boucekkine, R. & Laffargue, J.-P. (2007). A Theory of Dynamics and Inequalities Under Epidemics. CORE Discussion Paper No. 2007/37.
- Boucekkine, R., & Laffargue, J.-P. (2010). On the distributional consequences of epidemics. Journal of Economic Dynamics and Control, 34(2), 231-245.

- Caleiro, A. (2020). A digression on pandemic public health policies.

 Politics and Pandemics -- Transdisciplinary Views on Dilemmas of the Earthly City.
- Caleiro, A. (2021). Entre a Saúde e a Economia em Contexto Epidémico -- Onde pára a Economia da Saúde? III International Seminar Social Vulnerabilities and Health, 2021, "Epidemics: an interdisciplinary analysis".
- Colvin, C. J. (2011). HIV/AIDS, chronic diseases and globalisation. Globalization and Health, 7(1), 1-6.
- Coombe, C. (2004). Confronting the Impact of HIV and AIDS: the consequences of the pandemics for education supply, demand and quality. A global review from a Southern African perspective. Policy Futures in Education, 2(1), 102-140.
- Cotula, L. (2021). Towards a political economy of the COVID-19 crisis: Reflections on an agenda for research and action. World Development, 138, 105235.
- DeBruin, D., Liaschenko, J., & Marshall, M. F. (2012). Social justice in pandemic preparedness. American Journal of Public Health, 102(4), 586-591.
- Ferraz, D., & Kraiczyk, J. (2010). Gênero e Políticas Públicas de Saúdeconstruindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. Revista de Psicologia da UNESP, 9(1), 70-82.
- Fisayo, T., & Tsukagoshi, S. (2021). Three waves of the COVID-19 pandemic. Postgraduate Medical Journal, 97(1147), 332-332.
- Friedman, S. R., Kippax, S. C., Phaswana-Mafuya, N., Rossi, D., & Newman, C. E. (2006). Emerging future issues in HIV/AIDS social research. AIDS, 20(7), 959-965.
- Jacoby, H. G., & Skoufias, E. (1997). Risk, financial markets, and human capital in a developing country. The Review of Economic Studies, 64 (3), 311-335.
- Lahiri, S., & Sinha, M. (2021). A Study of the Socio-Economic Implications of the COVID-19 Pandemic. Australasian Accounting, Business and Finance Journal, 15(1), 51-69.

- Leach, M., MacGregor, H., Scoones, I., & Wilkinson, A. (2021). Postpandemic transformations: How and why COVID-19 requires us to rethink development. World Development, 138, 105233.
- Lopes, H., & McKay, V. (2020). Adult learning and education as a tool to contain pandemics: The COVID-19 experience. International Review of Education, 66(4), 575-602.
- Muftahu, M. (2020). Higher Education and Covid-19 Pandemic: Matters Arising and the Challenges of Sustaining Academic Programs in Developing African Universities. International Journal of Educational Research Review, 5 (4), 417-423.
- Nguyen, V. K., & Peschard, K. (2003). Anthropology, inequality, and disease: a review. Annual Review of Anthropology, 32(1), 447-474.
- Onyema, E. M., Eucheria, N. C., Obafemi, F. A., Sen, S., Atonye, F. G., Sharma, A., & Alsayed, A. O. (2020). Impact of Coronavirus pandemic on education. Journal of Education and Practice, 11(13), 108-121.
- Parker R. (2002). The Global HIV/AIDS Pandemic, Structural Inequalities, and the Politics of International Health. American Journal of Public Health, 92 (3), 343-347.
- Pilotti, M. A., & Al Ghazo, R. (2020). Sustainable Education Starts in the Classroom. Sustainability, 12(22), 9573.
- Singer, M., & Clair, S. (2003). Syndemics and public health: Reconceptualizing disease in bio-social context. Medical Anthropology Quarterly, 17(4), 423-441.
- Spielman, A. I., & Sunavala-Dossabhoy, G. (2021). Pandemics and education: A historical review. Journal of Dental Education, 1-6.
- Zanakis, S. H., Alvarez, C., & Li, V. (2007). Socio-economic determinants of HIV/AIDS pandemic and nations efficiencies. European Journal of Operational Research, 176(3), 1811-1838.